

Senado analisa antecipação a estados

q federal
Governo pede que operações sejam suspensas até a análise dos senadores

Isabel Sobral

Da Agência O GLOBO

• BRASÍLIA. O diretor de Finanças Públicas e Regimes Especiais do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, afirmou ontem na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) que vai enviar a todos os secretários de Fazenda dos estados e dos municípios recomendação para que suspendam qualquer tipo de negociação envolvendo antecipações

de tributos, royalties ou recebíveis até que o Senado analise essas operações.

Segundo Freitas, o Ministério de Minas e Energia foi informado pela Petrobras, através de ofício no ano passado, que a estatal estava fazendo operações de antecipação de pagamento de impostos com alguns estados. A Petrobras assinou contratos de antecipação de impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustí-

veis com os estados do Paraná, Pernambuco e Mato Grosso do Sul.

— A recomendação é apenas uma sugestão, porque os estados não têm obrigação de cumprir uma ordem do Banco Central, por não serem instituições financeiras — afirmou o diretor, ao final da audiência pública.

Freitas disse aos senadores que a primeira impressão ao analisar os contratos é que podem se tratar de operações de

crédito e comparados às antigas operações de Antecipações de Receitas Orçamentárias (ARO) que foram feitas junto à Caixa Econômica Federal. O diretor, no entanto, evitou classificá-las de irregulares.

Segundo o diretor, o Banco Central recebeu notícias de que alguns municípios também estariam querendo realizar o mesmo tipo de antecipação de tributos. No caso, Imposto Sobre Serviços (ISS). ■